

Ventos de São
Bento Energias
Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.**
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 19 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.753.975	15.329.593	Fornecedores nacionais		23.655	178.414
Contas a receber de clientes	6	3.647.133	3.437.872	Dividendos a pagar	10	4.496.607	1.660.899
Impostos a recuperar		36.503	36.503	Empréstimos e financiamentos	9	5.287.602	14.825.541
Estoques		12.576	12.535	Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	3.106.564	1.636.961
Adiantamento a fornecedores		61.574	84.872	Obrigações fiscais		818.864	787.377
Outros créditos		5.272	-	Obrigações trabalhistas		105.625	152.353
Partes relacionadas - outros créditos	15	144.462	719.140	Adiantamentos de clientes		600	600
Despesas antecipadas	7	224.113	108.984	Outras contas a pagar		911.759	1.422.902
Total do Ativo Circulante		20.885.608	19.729.499	Total do Passivo Circulante		14.751.276	20.665.047
Aplicações financeiras vinculadas	5	5.088.934	4.636.739	Empréstimos e financiamentos	9	141.260.851	146.563.826
Despesas antecipadas	7	1.874	66.454	Total do Passivo Não circulante		141.260.851	146.563.826
Realizável a longo prazo		5.090.808	4.703.193	Total do Passivo		156.012.127	167.228.873
Imobilizado	8	191.800.291	201.184.195	Patrimônio líquido	10	46.922.790	53.000.000
Intangível		35.068	35.068	Capital social		46.922.790	53.000.000
		191.835.359	201.219.263	Reserva legal		1.387.039	440.385
				Reserva de lucros a distribuir		13.489.820	4.982.697
Total do Ativo Não Circulante		196.926.167	205.922.456	Total do Patrimônio líquido		61.799.649	58.423.082
Total do Ativo		217.811.775	225.651.955	Total do Passivo e Patrimônio líquido		217.811.775	225.651.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	11	49.269.061	54.797.282
Custos operacionais	12	<u>(14.007.037)</u>	<u>(18.535.039)</u>
Lucro bruto		35.262.024	36.262.243
Despesas gerais ou administrativas	13	(2.230.454)	(1.410.319)
Outras despesas operacionais		-	(7.644)
Outras receitas operacionais		<u>437</u>	<u>4.569</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		33.032.007	34.848.849
Receitas financeiras	14	2.337.446	482.265
Despesas financeiras	14	<u>(14.316.496)</u>	<u>(24.630.556)</u>
Resultado financeiro líquido		(11.979.050)	(24.148.291)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		21.052.957	10.700.558
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	<u>(2.119.877)</u>	<u>(1.892.851)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>18.933.080</u>	<u>8.807.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>18.933.080</u>	<u>8.807.707</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>18.933.080</u>	<u>8.807.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		53.000.000	-	-	(1.723.726)	51.276.274
Lucro do exercício		-	-	-	8.807.707	8.807.707
Destinação do lucro:						
Reserva legal	10	-	440.385	-	(440.385)	
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	(1.660.899)	(1.660.899)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	4.982.697	(4.982.697)	-
		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		53.000.000	440.385	4.982.697	-	58.423.082
Saldos em 01 de janeiro de 2022		53.000.000	440.385	4.982.697	-	58.423.082
Redução de capital	10	(6.077.210)	-	-	-	(6.077.210)
Lucro do exercício		-	-	-	18.933.080	18.933.080
Destinação do lucro:						
Reserva legal	10	-	946.654	-	(946.654)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	(4.496.607)	(4.496.607)
Dividendos distribuídos	10	-	-	(4.982.697)	-	(4.982.697)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	13.489.820	(13.489.820)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		46.922.790	1.387.039	13.489.820	-	61.799.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		18.933.080	8.807.707
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	8	9.383.904	9.285.151
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	13.970.703	21.264.452
Imposto de renda e contribuição social	17	2.119.877	-
Variação monetária pós fixada ativa	9	(664.465)	-
Resultado da baixa de imobilizado		-	108.942
Apropriação do custo de captação	9	267.444	-
Rendimento de aplicação	14	(439.649)	-
		43.570.894	39.466.252
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(209.261)	(169.400)
Impostos a recuperar		-	(15.080)
Estoques		(41)	(12.535)
Adiantamentos a fornecedores		23.298	40.477
Despesas antecipadas		(50.549)	554.697
Outros créditos		(5.272)	-
Partes relacionadas - outros créditos		574.678	-
Fornecedores nacionais		(154.759)	102.973
Partes relacionadas - outras contas a pagar		1.469.603	-
Obrigações trabalhistas		(46.728)	10.574
Obrigações fiscais		(236.036)	110.599
Outras contas a pagar		(511.143)	2.143.026
Caixa gerado pelas atividades operacionais		44.424.684	42.231.583
Juros pagos	9	(14.845.310)	(21.219.295)
Impostos pagos sobre o lucro		(1.852.354)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		27.727.020	21.012.288
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(12.546)	(136.887)
Aquisição de imobilizado		-	(150.773)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(12.546)	(287.660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	10	(6.077.210)	-
Dividendos pagos	10	(1.660.899)	-
Dividendos obrigatórios	10	(4.982.697)	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	9	(11.010.661)	(8.649.278)
Custo de captação		(2.558.625)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(26.290.092)	(8.649.278)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.424.382	12.075.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	15.329.593	3.254.243
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	16.753.975	15.329.593
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.424.382	12.075.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 16 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 10 de novembro de 2011.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL de acordo com a portaria nº 516 de 27 de dezembro de 2018 do Ministério de Minas e Energia (MME). O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 50,4 MW, conforme despacho nº 1.473 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 1.348 de 13 de maio de 2020, iniciou operação comercial a partir de 14 de maio de 2020 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de São Januário 20, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 19 de abril de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia considerando o regime de tributação atual. Na data-base das demonstrações contábeis, a Companhia não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da companhia são provenientes da comercialização no livre mercado e da venda de energia gerada. A comercialização de energia gerada no mercado de livre negociação é registrada com base nos contratos firmados com os clientes e as receitas provenientes da venda de energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

As receitas de prestação de serviço da companhia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em a contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Quanto à receita de venda de energia elétrica (geração centralizada), a mesma é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo		Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2022	Risco	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	16.421.795	Indexador CDI	16.421.795	16.612.186	16.650.264
Efeito no resultado			1.230.315	1.420.706	1.458.784
Aplicações financeiras (vinculadas)	5.088.934	Rendimentos em fundos de investimento referenciado em DI	5.088.934	5.151.859	5.164.444
Efeito no resultado			439.649	502.574	515.159
Empréstimos e financiamentos	(146.548.453)	IPCA	(146.548.453)	(147.559.583)	(148.656.632)
Efeito no resultado			(13.970.703)	(14.981.833)	(15.184.059)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	332.180	650.815
Aplicações financeiras (a)	16.421.795	14.678.778
Total	16.753.975	15.329.593

- (a) A companhia mantém suas disponibilidades de caixa preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito e com remuneração acima de 100% do CDI. Para disponibilidades de caixa com prazo inferior a 30 dias, a companhia contrata instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021 estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras vinculadas (a)	<u>5.088.934</u>	<u>4.636.739</u>
Ativo não circulante	<u>5.088.934</u>	<u>4.636.739</u>

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de novembro de 2018, onde as liberações foram realizadas a partir de outubro de 2019. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 11,45% no ano de 2022 e 9,96% no ano de 2021.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
America Energia S.A (a)	274	-
Créditos CCEE	-	3.420
Focus Energia Ltda	-	160.132
Vale Energia S.A. (b)	<u>3.646.859</u>	<u>3.274.320</u>
	<u>3.647.133</u>	<u>3.437.872</u>

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da America Energia S.A.
- (b) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Vale Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2022.

7 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Custos de empréstimos	-	16.483
Prêmios de seguro a apropriar	<u>225.987</u>	<u>158.955</u>
	<u>225.987</u>	<u>175.438</u>
Ativo circulante	224.113	108.984
Ativo não circulante	1.874	66.454

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Torres anemométricas	10% 1,85% a	1.310.683	(526.954)	783.729	914.798
Máquinas e equipamentos	16,67%	210.016.227	(23.812.842)	186.203.385	195.182.783
Veículos	20%	210.761	(95.823)	114.938	145.136
Móveis e utensílios	6,25%	69.970	(12.224)	57.746	62.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33% a 4%	5.109.309	(470.152)	4.639.157	3.340.857
Equipamentos e processamento de dados	20%	2.166	(830)	1.336	1.769
Ativo de direito de uso terra	6,25%	40.103	(40.103)	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	1.536.522
Total		<u>216.759.219</u>	<u>(24.958.928)</u>	<u>191.800.291</u>	<u>201.184.195</u>

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Transferência	Depreciação	31/12/2022
Torres anemométricas (i)	914.798	-	(131.069)	783.729
Máquinas e equipamentos	195.182.783	-	(8.979.398)	186.203.385
Veículos	145.136	-	(30.198)	114.938
Móveis e utensílios	62.330	-	(4.584)	57.746
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.340.857	1.536.522	(238.222)	4.639.157
Equipamentos e processamento de dados	1.769	-	(433)	1.336
Imobilizado em andamento (ii)	1.536.522	(1.536.522)	-	-
Total	<u>201.184.195</u>	<u>-</u>	<u>(9.383.904)</u>	<u>191.800.291</u>

	31/12/2020	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	1.048.612	-	-	(3.347)	(130.467)	914.798
Máquinas e equipamentos	204.088.812	72.387	-	-	(8.978.416)	195.182.783
Veículos	267.435	6.395	-	(83.656)	(45.038)	145.136
Móveis e utensílios	61.000	5.618	-	-	(4.288)	62.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.467.402	-	-	-	(126.545)	3.340.857
Equipamentos e processamento de dados	-	2.166	-	-	(397)	1.769
Adiantamento fornecedores imobilizado	1.434.111	-	(1.434.111)	-	-	-
Imobilizado em andamento (ii)	-	124.350	1.434.111	(21.939)	-	1.536.522
Total	<u>210.367.372</u>	<u>210.916</u>	<u>-</u>	<u>(108.942)</u>	<u>(9.285.151)</u>	<u>201.184.195</u>

- (i) Refere-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso.
- (ii) Refere-se as aquisições de equipamentos, instalações e obras civis para implantação do parque eólico.

9 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de novembro de 2018, a Companhia formalizou contrato de financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R\$ 183.135.210, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 2,2731% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 241 meses com carência de 29 meses. Os *covenants* do contrato firmado são cláusulas não financeiras, usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de cartas de fiança bancária contratadas junto a bancos comerciais que poderão ser liberadas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento.

O contrato contém cláusula restritiva (*covenant*) que estabelece que a Companhia e sua Controladora devem atender a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), definido no contrato como sendo geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do projeto, no exercício anterior, igual ou superior a 1,20x.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estipuladas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	<u>146.548.453</u>	<u>161.389.367</u>
Total		<u>146.548.453</u>	<u>161.389.367</u>

b. Movimentação da conta

	31/12/2022	31/12/2021
	<u>161.389.367</u>	<u>169.933.346</u>
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(11.010.661)	(8.649.278)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.970.703	21.264.452
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(14.845.310)	(21.219.295)
Variação monetária pós fixada	(664.465)	-
Apropriação do custo de captação	267.444	-
Custo de captação	(2.558.625)	-
Capitalização de imobilizado	-	60.142
	<u>146.548.453</u>	<u>161.389.367</u>
Circulante	5.287.602	14.825.541
Não circulante	141.260.851	146.563.826

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
2023	-	-	4.428.711	3%
2024	5.426.316	4%	5.374.304	4%
2025	6.109.046	4%	6.050.489	4%
2026	6.827.151	5%	6.761.711	4%
2027	6.872.945	5%	6.807.066	5%
2028	6.855.807	5%	6.790.092	5%
2029	7.578.255	5%	7.505.615	5%
2030	8.340.936	6%	8.260.986	5%
2031	9.170.375	6%	9.082.474	6%
2032	10.020.884	7%	9.924.831	7%
2033	10.839.797	7%	10.735.895	7%
2034	11.847.725	8%	11.734.161	8%
2035	12.934.737	8%	12.810.754	8%
2036	14.087.535	10%	13.952.502	9%
2037	15.317.430	10%	15.170.608	10%
2038	15.593.327	10%	15.443.861	10%
Total	<u>147.822.266</u>	<u>100%</u>	<u>150.834.060</u>	<u>100%</u>

Os quadros acima não contemplam nos exercícios de 2022 e 2021 os valores de R\$ 6.561.414 e R\$ 4.270.234, respectivamente, referente ao custo de captação empréstimos, ativado durante o período pré-operacional da controlada da Companhia.

10 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 46.922.790 (R\$ 53.000.000 em 2021) e está representado por 46.922.790 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Ventos de São Bento Holding S.A.	<u>100%</u>	<u>46.922.790</u>	<u>100%</u>	<u>53.000.000</u>
Total	<u>100%</u>	<u>46.922.790</u>	<u>100%</u>	<u>53.000.000</u>

Redução de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 05 de abril de 2022, houve redução de capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 6.077.210.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	18.933.080	8.807.707
(-) Prejuízo acumulado	-	(1.723.726)
(-) Reserva legal (5%)	<u>(946.654)</u>	<u>(440.385)</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>17.986.426</u>	<u>6.643.596</u>
Dividendos obrigatório	4.496.607	1.660.899

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 13.489.820. Durante o exercício foi efetuada a distribuição de R\$ 4.982.697 referente ao exercício de 2021.

11 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica de curto prazo – Geração própria	51.135.507	53.343.701
Outras receitas operacionais (a)	-	3.526.496
PIS	(332.381)	(369.149)
Cofins	<u>(1.534.065)</u>	<u>(1.703.766)</u>
Total	49.269.061	54.797.282

- (a) Refere-se a indenização por indisponibilidade recebida pela Companhia no âmbito do Contrato de Operação e Manutenção de Aerogeradores, sendo os valores recebidos em substituição à receita que a Companhia deixou de auferir com sua atividade principal.

12 Custos operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Mão-de-obra	(366.413)	(618.013)
Energia comprada para revenda	(1.962.205)	(1.366.664)
Amortizações e depreciações	(9.104.841)	(9.103.932)
Outros custos	(1.877)	(18.733)
Serviços - pessoa jurídica	-	(1.888.340)
Consórcio (a)	(130.228)	(29.199)
Gastos operacionais – geração energia	(429.607)	(3.424.794)
Seguros	(400.574)	(350.690)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(179.497)	(238.173)
Gastos com propriedades	(683.314)	(657.643)
Gastos com manutenção	<u>(748.481)</u>	<u>(838.858)</u>
Total	<u>(14.007.037)</u>	<u>(18.535.039)</u>

- (a) Em 05 de junho de 2019, a Companhia e demais consorciadas firmaram o Regulamento Interno do Consórcio tendo por objeto definir os termos e condições principais para a implantação, operação e manutenção das instalações de conexão e transmissão das Instalações Compartilhadas.

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(51.924)	-
Viagens e ajuda de custo	(25.191)	(64.304)
Serviços - pessoa jurídica (c)	(802.371)	-
Despesas com veículos	(44.458)	(110.638)
Despesas com tributos	(18.394)	(25.915)
Despesas com escritórios	(140.733)	(394.610)
Despesas com informática e telecomunicações	(202.957)	(21.725)
Compartilhamento de despesa (a)	(497.068)	(402.761)
Amortizações e depreciações	(279.063)	(181.219)
Legais, judiciais e publicações	(40.349)	(175.919)
Despesas com propriedades	(83.526)	(12.323)
Despesas com relações com o mercado (b)	(44.420)	(20.905)
Total	(2.230.454)	(1.410.319)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.
- (b) Refere-se despesa associativa CCEE, bonificações, doações, contribuições e subvenções e serviços de auditoria externa.
- (c) Refere-se a serviços essenciais para manutenção da companhia e estão classificados como serviços de mão de obra e serviços com consultorias.

14 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicações financeiras (a)	1.669.964	470.759
Descontos obtidos	-	451
Juros por inadimplência CCEE	-	3.152
Variação monetária ativa	664.465	-
Outras receitas financeiras	3.017	7.903
	2.337.446	482.265
Juros outros	-	(491)
Tarifas bancárias	(65.294)	(14.144)
Juros sobre direito de uso	(79)	-
Juros financiamento BNB	(13.970.703)	(21.264.452)
Multas	(12.976)	(3.592)
Comissão de fiança	-	(3.024.454)
Amortização custo de empréstimo	(267.444)	(323.423)
	(14.316.496)	(24.630.556)
Total	(11.979.050)	(24.148.291)

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Partes relacionadas - outros créditos (a) (b)	144.462	719.140
Passivo		
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	3.106.564	1.636.961
Resultado		
Compartilhamento de despesas (a)	497.068	402.761

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui operações referente a despesas compartilhadas em condomínio com as SPEs Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 30 de novembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	16.753.975	16.753.975	15.329.593	15.329.593
Aplicações financeiras vinculadas	5.088.934	5.088.934	4.636.739	4.636.739
Contas a receber de clientes	3.647.133	3.647.133	3.437.872	3.437.872
Outros créditos	5.272	5.272	-	-
Partes relacionadas – outros créditos	144.462	144.462	719.140	719.140
Fornecedores nacionais	(23.655)	(23.655)	(178.414)	(178.414)
Dividendos a pagar	(4.496.607)	(4.496.607)	(1.660.899)	(1.660.899)
Empréstimos e financiamentos	(146.548.453)	(146.548.453)	(161.389.367)	(161.389.367)
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(3.106.564)	(3.106.564)	(1.636.961)	(1.636.961)
Outras contas a pagar	(911.759)	(911.759)	(1.422.902)	(1.422.902)
Total	(129.447.262)	(129.447.262)	(142.165.199)	(142.165.199)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
IR/CS corrente	<u>(2.119.877)</u>	<u>(1.892.851)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	51.135.507	56.870.197
Alíquota de presunção	<u>8%</u>	<u>8%</u>
Lucro presumido	4.090.841	4.549.616
IRPJ adicional/ Outras receitas não operacionais (a)	<u>1.577.295</u>	<u>389.900</u>
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.417.034)	(1.234.879)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	6.136.261	6.824.424
Outras receitas não operacionais (a)	1.673.106	486.383
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(702.843)	(657.972)

(a) Trata-se de receitas financeiras.

As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14a.

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável ou possível de perda, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.